

Uma viagem às histórias do cotidiano das mulheres da floresta

Mulheres da floresta, uma história:
Alto Juruá, Acre (1890-1945)

WOLFF, Cristina Scheibe

São Paulo: Hucitec, 1999

As mulheres, quase sempre, foram relegadas pela historiografia brasileira, porém não apenas a brasileira, como personagens sem conotação numa escala de valores masculinos ou masculinizados. No presente, vemos historiadoras e historiadores compenetrados na intenção de valorização da experiência social feminina, rerepresentando imagens e textos usados e estereotipados pela historiografia *tradicional*, reinterpretando-os e conferindo-lhes um outro sentido, procurando afastar-se das tendências vitimizadoras que salientavam as características femininas e/ou masculinas em detrimento umas das outras, o que acabava aumentando ou acentuando as tão famigeradas diferenças, criando uma verdadeira e interminável 'guerra dos sexos', gerando abismais dificuldades para quem se aventurasse a pesquisar nesse campo, fazendo com que o pesquisador tivesse que legitimar seu trabalho em páginas e mais páginas afim de afastar supostas idéias maniqueístas. Assim, o olhar atual dos historiadores parece observar as mulheres nas várias situações em que estão em colaboração e até mesmo cumplicidade com os homens, procurando encontrar nelas, sujeitos da história.

Nesse intento vemos obras como a da professora e pesquisadora Cristina Scheibe Wolff, que se propõe a dar visibilidade às mulheres no processo de extração da borracha nos seringais do Alto Juruá — região no extremo-oeste do Brasil, no Acre, porém muito próxima da Amazônia, como fica claro mediante a visualização dos mapas que,

meticulosamente, a autora teve o cuidado de reproduzir para aplacar nosso quase total desconhecimento acerca da região.

Bem localizados geograficamente e cientes do périplo que constituiu-se a procura das mulheres 'ausentadas' e insistentemente 'invisibilizadas' pela bibliografia sobre a região, em que a autora afirma serem recorrentes as afirmações notoriamente absolutizadas de que nos seringais do Acre não havia mulheres ou que, quando havia, constituíam um encargo a mais para os seringueiros nos agruras do seu cotidiano, quase um empecilho. Nossa curiosidade aumenta na medida em que folheamos as páginas do livro e encontramos a abordagem de aspectos da história social daquelas mulheres. Afinal existiram mulheres nos seringais, mas para encontrá-las foram necessárias pesquisas exaustivas nas entrelinhas e nos pormenores dos discursos formais de jornais e revistas, nos processos criminais que envolveram mulheres entre 1904 e 1945, nos processos civis e nas entrevistas atuais. Uma busca difícil, mas possível para, enfim, trazer aquelas mulheres à História e esclarecer que constituíram muito mais um alento e braço de ajuda nas árduas tarefas cotidianas do que um 'encargo'.

Cristina embarcou numa viagem, e que viagem! Não um mero deslocamento a um lugar, uma viagem a um espaço e a um tempo que nos é diferente e nos causa estranhamentos. Uma aventura na floresta em busca de depoimentos, um reconhecimento de campo, que nesse caso foi muito mais um conhecimento de campo. Basta fazermos um rápido exercício sobre o que nos vem à mente quando se fala no Acre, na Amazônia, nos seringais, nos seringais!

Interessante observar a preocupação da autora em elucidar que a interpretação dos documentos históricos e do próprio passado é feita sob o amparo do presente e dentro das concepções de quem o questiona, e quem o questiona, geralmente, não o faz desprovido de intenções na resposta, assim, suas intenções ficam

explícitas como historiadora engajada, recebendo da atualidade os meios para a execução desse trabalho e a determinação de seu interesse.

Nessa 'viagem' acabamos também nós, leitores, embarcando, ainda que na cômoda posição de 'caronas' e não sofrendo das mesmas atribuições: mosquitos, fome, roupas constantemente molhadas por chuvaradas repentinas ou por tombos, 'pontes' feitas com troncos roliços, 'mucuins' (pequenos carrapatos que alojam-se, preferencialmente, nas costas), olhares desconfiados por certo, estranhando-se mutuamente... duas horas a menos em relação ao horário de Brasília, cansaço, medo, indefinição.

Para 'contar' a trama do cotidiano das 'mulheres da floresta', a autora teve que montar o cenário onde a história desenrolou-se e narra-nos que até 1903 o Acre era território boliviano, sendo também reivindicado pelo Peru; era uma região, até então, de fronteiras não demarcadas. Sua história muda quando o preço da borracha começa a subir no mercado externo. A custo de dois milhões de libras esterlinas, pagos à Bolívia, o Brasil anexou-o ao nosso território, porém, não assim tão pacificamente. Muitos confrontos ocorreram entre seringueiros brasileiros, bolivianos e até mesmo peruanos, o sangue não se negou em escrever mais essa página de nossa história. Por aparentar ser 'terra de ninguém', os seringueiros iam entrando, abrindo seringais, estabelecendo-se sem perguntar de quem era aquela terra, gerando e envolvendo-se em muitos confrontos.

Em 1889, o Acre produzia sessenta por cento da borracha amazônica, uma riqueza imensurável num momento em que a produção industrial nos países europeus estava no seu auge e propiciava o uso da borracha como matéria-prima essencial para o mercado dos pneumáticos, bem como o uso em tantos outros artificios. A borracha extraída daquela região viveu seu esplendor de 1870 à 1912.

Não tardou para que a Inglaterra atentasse para o fenômeno e nos desbancasse, procurando cultivar a *Hevea brasiliensis* (seringueira) em suas colônias do Oriente de forma mais sistemática e organizada, mesmo assim, até aproximadamente 1912, viveram os seringueiros e seringalistas a glória da borracha, também chamada a época do 'ouro negro'.

A possibilidade de fazer fortuna e fugir ao mesmo tempo das agruras da seca atraiu um grande contingente de pessoas advindas, sobretudo, da região Nordeste, especialmente do Ceará, 'cujas figuras humanas fizeram as feições dos seringais'. Deixando os sertões secos rumo à

mata úmida, essas pessoas tinham sobre a região uma expectativa de vida melhor da que levavam nos sertões, mas a realidade parecia ter pressa em distanciá-los do sonho. E a vida nos seringais foi marcada por sofrimentos e adaptações nem sempre viáveis.

Grande número daqueles nordestinos aventuraram-se sozinhos, sem suas mulheres e família, iam em busca do sonho de fortuna que acreditavam lhes permitiria voltar à terra natal em situação privilegiada. Como em seus sonhos possivelmente não aparecessem os seringalistas, 'donos' dos seringais, bem como as pestes e epidemias, o retorno à terra natal, na maioria dos casos, não conseguiu ultrapassar o campo do desejo.

Num primeiro olhar, as dificuldades extremadas naquela região, poderiam sugerir não haver lugar para as mulheres no empreendimento de alto risco que era a 'conquista da selva', como na fala da autora "se lemos os trabalhos e relatos escritos, se ouvimos as histórias contadas pela população que hoje vive na região do Alto Juruá, parece mesmo que elas não participaram desse empreendimento, mas os números de recenseamentos e os nomes envolvidos em processos civis ou criminais, trazem luz à questão". (p. 90)

No primeiro relatório semestral, realizado em 1904 por ordem do Prefeito do Departamento do Alto Juruá, em cento e doze seringais, dos quais talvez os mais distantes da sede do município, de acordo com a autora, não tivessem sido pesquisados, constatou-se um total de 6.974 pessoas, sendo que dessas, 5.087 eram homens e 1.887, mulheres. Por este relatório, 27% da população era feminina — uma percentagem interessante para confrontar com a bibliografia que tende a ressaltar a inexistência de mulheres na região dos seringais.

No período estudado pela autora, a diferença entre a população feminina e masculina é mesmo muito significativa e, na sua opinião, em alguns seringais talvez não houvesse de fato nenhuma mulher, mas essa não era uma regra geral e o 'esquecimento' feminino nas bibliografias parece ter sido mais um problema de cunho ideológico do que de ausência comprovada pelos documentos. É realmente difícil enxergar aquilo que não se quer ver.

Assim, tem-se que a mulher não só esteve presente nos seringais como neles trabalhou (e ainda hoje trabalha), sendo que o seu trabalho nos seringais "era invisível, em primeiro lugar pela própria invisibilidade das mulheres no período (...)

mas também porque a esse trabalho vem sendo negado o estatuto de *importante, necessário, produtivo* há longo tempo em nossa sociedade" (p.80-81).

O fato das mulheres trabalharem parece estar associado a uma diminuição da condição masculina. A idéia era a de que, por serem homens, deveriam ser responsáveis pelo sustento de suas mulheres. Ser homem, na análise da autora, naquela sociedade era ser seringueiro, produzir muita borracha, nisto estaria a sua força. Logo, se não conseguisse o suficiente para si e a mulher, perderia sua virilidade. Ser mulher, regra geral, era pertencer a um homem, pai, marido ou companheiro e ter nele a garantia do seu sustento. Evidentemente houve muitas exceções e resistências à esta regra e durante a leitura temos vários exemplos de mulheres que preferiram, mesmo diante dos preconceitos e estereótipos, garantir e gerir, através do trabalho pessoal, seus destinos. Numa sociedade que seguia as tendências elitistas normatizadoras dos papéis tradicionais criados para as mulheres, pode-se imaginar o quanto foram alvo de discriminações, e a autora nos traz alguns depoimentos que exemplificam com muita propriedade nossas suspeitas.

A vida nos seringais era implacável e não parecia fazer distinção entre homens e mulheres, de toda sorte o sofrimento feminino nas camadas menos privilegiadas insistia em se fazer presente. Elas eram, dentro daquele processo, normalmente 'traficadas, encomendadas, dadas ou vendidas, compradas, pegadas na mata, amansadas, roubadas'. Uma violência que choca-nos durante a leitura, chega a ser revoltante, mas que parecia comum à época. Como o caso, por exemplo, contado num depoimento à autora por D. Mariana, filha de uma índia pega nas 'correrias' que eram feitas mata adentro. As 'correrias' eram espécies de expedições com o fim de matança e apresamento de índios. O relato dessas expedições encontra-se ricamente reproduzido nas páginas do livro, tendo sido buscado tanto nos documentos oficiais quanto nos depoimentos orais de antigos moradores do Alto Juruá. Assim, tem-se que o apresamento maior era das mulheres indígenas, motivado pela escassez de brancas na região.

De acordo com o depoimento muito comovente e contundente de D. Mariana, sua mãe fora pega numa 'correria', porém, era ainda muito novinha para viver com um homem, sendo que fora entregue para o patrão do seringueiro que a aprisionou para que esse a cuidasse até o devido tempo em que poderia viver com o seu

captor. Devolvida ao seu 'dono' quando começou a 'nascer peitinho', viveu com ele por dois anos e teve um menino que morreu. Ao engravidar pela segunda vez, o 'marido' morreu, deixando-a só. "Que não tinha sorte a minha mãe (...) aí juntou-se com um cearense, aí ele era muito malvado pra ela, judiava muito, ela deixou" (p.166). Depois disso, conta-nos, foi viver com um compadre bem mais velho que ela; por fim, juntou-se com um rapaz pernambucano que 'engraçou-se' por ela, viveram um ano juntos, mas ele foi morto em uma emboscada. Sua mãe exerceu na região a função de curandeira por tratar dos doentes com ervas que aprendera a manusear na mata; também era parteira, tendo alcançado certo prestígio social.

O interessante nesse relato é a perspectiva com que a autora o vislumbra. Ao contrário de promover uma vitimização da mulher indígena ou pensar naquelas mulheres pelas suas 'derrotas', 'subjugação' ou 'esquecimento', prefere vê-las como sujeitos interagindo com outros, não apenas como um objeto de captura, "mas também alguém que sofre, que deixa um homem, que se junta com outro, que tem filhos, que aprende e exerce um ofício (...) se perdermos essa perspectiva (...) fazemos com elas mais uma violência" (p.167).

Nos processos criminais sobre incesto, estupro e defloramento pesquisados até a exaustão pela autora, por constituírem grande volume, é possível entendermos melhor as sociedades dos seringais, a violência de sua estrutura e (in)justiças, ao mesmo tempo que também podemos observar a resistência feminina quanto aos 'destinos' pensados para elas. Como na maioria dos casos estudados, não apenas pela autora, mas também por vários outros pesquisadores das mais diversas áreas de estudo, as mulheres naqueles processos, não raro, eram vítimas dos mais diferentes casos de agressão e, como vítimas, ainda tinham que provar não terem incitado seu agressor ao crime. A maioria dos processos analisados acabaram julgando, não o acusado, mas a própria vítima, algo revoltante que parece estar padronizado em sociedades machistas como a nossa, por exemplo. Atentas ao fato, as mulheres parecem começar a ter êxito na revogação desta máxima.

Em relação a isto é possível, na leitura, vislumbrarmos mulheres cujo domínio masculino parece ter ficado no plano da intenção. Cristina Scheibe encontra nos processos judiciais brigas de casais onde a mulher extrapola o físico e fere o homem, freqüentemente, causando grandes estragos sendo que, às vezes, os dois saem bastante machucados. Relatos dessa natureza comprovam que a tão proclamada 'fragilidade' feminina é

apenas uma questão do ponto de vista de seu interlocutor. Claro que houve e há violências contra as mulheres, mas vilimizá-las como se não houvesse resistências e lutas no processo de violência é, de fato, como assina a autora, não contribuir para mudanças em nossa história.

Durante muito tempo as 'mulheres da floresta' estiveram 'invisíveis' na nossa história, agora podemos apreciá-las no enredo do cotidiano no

ciclo da borracha e sugiro que não nos esqueçamos de mostrar essas e outras peculiaridades quando se fizer a oportunidade de estarmos, quem sabe, em sala de aula ou em conversas informais, pois que apenas para ficarem na estante de nossa memória de nada servem ou só individualmente nos servem obras desse cunho.

KARLA LEONORA DAHSE NUNES ■

Menopausa: uma nova fase para mais conquistas

Da Contracultura à Menopausa.
Vivências e mitos da passagem

CIORNAI, Selma

São Paulo: Oficina de Textos, 1999

O livro de Selma Ciornei aparece num momento propício, não sendo apenas mais uma pesquisa sobre a sintomatologia do climatério, pesquisas essas que, como bem lembrou, passaram a aparecer com mais frequência na década de 90, pois até então "pouco ou nada era dito ou escrito em relação a esta fase tão importante da vida de uma mulher" (p. 30).

A autora, que fez parte da geração de mulheres que utilizou pela primeira vez a pílula anticoncepcional, chega à meia-idade imbuída do mesmo espírito contestador e comprometido. Embora não seja seu objetivo explícito, ela debate questões extremamente importantes que vão ao encontro da luta das mulheres, desde a discussão em torno da representação do corpo feminino, ainda ligada à capacidade procriativa, até a ampliação do conceito de saúde que englobe tanto a adolescente como a mulher de meia-idade. A questão de gênero percorre todo o texto: trabalhar com a menopausa¹ significa discutir o envelhecer na sociedade contemporânea, o lugar social das mulheres de mais idade e pensar que, além de estarem vivendo mais, querem viver melhor.

É possível dividir as pesquisas direcionadas especificamente à menopausa, que apareceram nesta última década, em três grupos distintos. Um primeiro, escrito² por médicos especialistas, ginecologistas ou endocrinologistas que descrevem os sintomas da menopausa e que, na maioria dos casos, acabam por prescrever a Terapia de Reposição Hormonal - TRH como a única saída, considerando a hormonoterapia enquanto a maior conquista na área da saúde da mulher. O segundo grupo, que chamo de auto-ajuda, defende terapias alternativas e considera a menopausa como uma fase de transição. Em vista disso, o período deve ser encarado como uma busca de equilíbrio. Já um terceiro grupo de trabalhos foi desenvolvido por mulheres que estão vivenciando ou vivenciaram a menopausa. Ao sentirem-se confusas e carentes de informação, resolvem tomar partido das mulheres de meia-idade. O livro *Passagem silenciosa: menopausa*³ da jornalista americana Gail Sheehy, encabeça esta lista.

Selma seguiu nesta direção, inovando ao direcionar suas entrevistas às mulheres que fizeram parte dos movimentos de contracultura dos anos 60 e 70 e que atualmente estão vivenciando a menopausa. Seu principal objetivo é investigar se estas mulheres apresentam formas de continuidade ou ruptura no que se refere ao modo pelo qual a sociedade percebe a mulher mais velha, a menopausa e o envelhecer. O instrumento teórico básico da autora é a Psicologia da Gestalt, desenvolvida na Arte Terapia Gestáltica que relaciona as experiências internas e a expressão plástica.

Publicado em 1999, o livro é resultado da tese de doutorado em Psicologia defendida em